

GOLPE DE ESTADO NA BOLÍVIA

El Alto inundou o centro de La Paz, agora defendido pelo Exército e Polícia. Um exército cujo comandante em chefe pediu a renúncia de Evo Morales e uma polícia que se negou a garantir o poder do governo constitucionalmente eleito. De fato, Igreja, Exército e Polícia, a seu modo e com suas razões, conduziram o impasse das eleições à renúncia outorgada unilateral do presidente, seu vice e ministros, caçados como feras, escondidos no Chapare, lá escondidos sob ameaça de morte.

Tão ameaçados que o governo mexicano, fiel à sua tradição centenária, apressou-se em oferecer asilo ao perseguido chefe de governo e seus auxiliares a milhares de quilômetros. Bem mais próximo da fronteira com Bolívia estava o presidente brasileiro, representante de um país historicamente bem mais influente nos negócios bolivianos. Poderia ele haver sido gentil e haver resolvido essa emergência de modo fácil. Bastaria um telefonema. Nem lhe seria necessário saber falar espanhol, dado aos generais daquele país, boa parte deles, ter por norma estudar nas academias militares brasileiras.

A identidade bandeirante do mandatário tupiniquim, contudo, em tudo contraria a dos seus congêneres mexicanos, crescidos sob a herança da revolução mexicana. A colonização judaico-cristã promovida pela Coroa portuguesa foi radicalmente distinta da espanhola, monárquico-jesuítica. Nesta preserva-se, para além de idêntico afã hematófago, a possibilidade da preservação de nichos da sociedade ancestral dos indígenas, fato que a Revolução mexicana, no caso, ampliou, ao contrário da bandeirante, essencialmente genocida e culturicida.



E foi assim que o longo braço solidário da identidade mexicana abalou-se a atravessar as Américas até La Paz, em viagem conturbada por vetos de sobrevoo de espaços aéreos, para salvar um presidente indígena aymará, mais um intelectual revolucionário *criollo*, dos maiores de seu país, assim como outros mestiços ou não, dirigentes da revolução, condenados á morte pelos golpistas e suas milícias cristãs pentecostais.

Ao invés da mui tradicional repressão estatal, policial-militar, exercida desde os tempos coloniais e aprimorada nas repúblicas de matriz lusa ou hispânica, agora emergem os novos e oficiais braços armados do capital, as milícias dos cultos pentecostais, dos garimpos clandestinos, dos negócios públicos privatizados e do tráfico variado. Eles se esparramam pelos espaços urbanos e rurais em sua guerra sem quartel aos estados nacionais e democratas, ao povo pobre em geral, poderosas armas do poder dos novos e velhos capitais privados que vai contaminando e ganhando posições em todos os níveis do executivo e da burocracia estatal.

São, assim, o novo braço para estatal da repressão antidemocrática das minorias proprietárias e dominantes, verdadeiros exércitos mercenários, ou seja, força política de primeiro grau e fora do controle dos estados nacionais, formas agudas de estado de exceção permanente vivido, em maior ou menor grau, por boa parte dos países ibero-americanos.

Pois foi assim que os dirigentes do estado foram caçados à morte e os deputados do MAS impedidos - inclusive Adriana Salvatierra, a terceira na linha sucessória- de entrar no congresso, o que permitiu o golpe parlamentar de Jeanine Áñez. A classe média furibunda e seus aliados, autoproclamados ultrarrevolucionários comunistas metafísicos internacionais, que viam neles atores de um levante popular antiditatorial, antievista, já controlavam as ruas. Quando El Alto desceu a La Paz, então o



Exército e Polícia entraram em ação. O poder popular em movimento só poderia ser contido pelo poder estatal repressivo.

Perdido o momento de afirmação do poder legítimo, a ofensiva popular correu atrás do prejuízo causado pela renúncia outorgada e alcançou a situação de duplo poder. A maioria *evista* elegeu o presidente da Câmara e negou a renúncia e o poder da autoproclamada nova presidente. O poder das ruas instala o duplo poder.

A ofensiva popular só afastará o poder golpista, superando-o, derrotando-o no campo do poder de fato. Ou, então, no caso de que uma força externa poderosa obrigue o golpismo a recuar e aceitar eleições livres, o que parece cada vez mais impossível. Mas a força da democracia em pé, desarmada; por mais que El Alto tenha se esforçado, não conseguiu se impor à democracia armada supostamente favorável à revolução, oficialmente representada pelo exército e polícia, que se revelaram, de fato, forças da contrarrevolução.

Esta força externa poderia ser a OEA ou a ONU, quem sabe o Vaticano, mas tudo soa improvável, dada a inquestionável presença norteamericana neste golpe. Os golpistas não arredarão pé e os indígenas idem. A Bolívia alcançou um seu limite. Os indignados pequeno burgueses e seus aliados do inefável ultrarrevolucionarismo choram as pitangas por se verem atropelados pelo poder de fato do poderoso golpismo dos proprietários – exército, polícia, milícias –, voltaram às suas salas de aula e pequenos negócios, às voltas com as delícias do desabastecimento e do caos, cujo fim está, pelo visto, bem distante.

Enquanto isso, Evo e Linera são relegados, pela mídia monopolista oficial e críticos da direita e esquerda metafísica, ao ostracismo das personagens insignificantes. De acordo com o missal comum a eles, ambos



foram longe demais ao postularem um quarto mandato após terem sido derrotados no plebiscito que antecedeu às eleições, este enfim aprovado pela Corte Suprema. Esta, para todos os efeitos, ainda de acordo com esses críticos, cooptada pelo poder, do mesmo modo como são ignoradas as razões pelas quais foi aprovada a quarta postulação de Evo.

Pela letra do missal, em seguida, Evo e a Junta Eleitoral se mancomunaram na fraude eleitoral dessa eleição, fato dado como verdade revelada. Então, constrangido pela fraude e sublevação das classes médias mobilizadas, pela recusa da polícia em conter os enfurecidos antievistas, Evo aceita a recontagem de votos e, depois, a proposta da OEA de realização de novas eleições, abraçada por esta a certeza da fraude, em etapa posterior à proposta de recontagem, logo abruptamente abandonada.

Mas o golpismo não aceita nem a recontagem, muito menos as novas eleições, e em gesto decidido e, Bíblia em punho, toma de assalto o governo, persegue o MAS e seus dirigentes, saqueiam, incendiam suas casas, sequestram e chantageiam. Impede que o MAS assuma de pleno sua maioria no parlamento. Entrementes, Evo, Linera e ministros, escondidos no Chapare, renunciam, enquanto Jeanine Áñez se autoproclama presidente da república e proclama, do alto da impostura de sua suprema ilegalidade, o veto à candidatura de Evo nas eleições que ela supostamente promoverá em futuro próximo indefinido.

O núcleo da crítica, como vemos, está confinado às questões políticas derivadas dos supostos erros oportunistas praticados pela dupla Evo-Linera (aliados, aliás, dizem os críticos, do imperialismo), o centro determinante do golpe resta totalmente obscurecido, ou seja, a revolução democrática pela soberania econômico-política da nação. Nela, a garantia da



nacionalização do lítio, ao lado do petróleo e gás, é garantidora da expansão da soberania nacional.

Na Bolívia, a conquista de Troia foi explícita, o cavalo foi desnecessário. Foram as tropas populares – indígenas em primeiro lugar – que entraram e conquistaram a cidadela inimiga, embandeiradas por um partido cujo nome já explicitava o objetivo estratégico programático, MAS, *Movimiento hacia el Socialismo*. Ao contrário, no Brasil, se dizia querer conquistar Troia (e queriam mesmo?) sem declaração de guerra, sem sair de dentro do cavalo, por meio de um partido cujo objetivo programático nunca fora a construção do socialismo.

Na Bolívia não se tratava simplesmente de criar uma afluência consumidora melhorista – embora esta, inevitavelmente, estivesse presente, nos pequeno burgueses uivando nas ruas -, mas de romper com a economia e sociedade coloniais, coisa jamais sonhada no Brasil. Ali, em mais de 12 anos de governo do PT, não se passou de velada escaramuça emancipatória. Com muitas conquistas, é verdade, mas nunca para promover uma real e definitiva revolução democrática e uma real conquista da plena soberania econômica e política da nação.

Na Bolívia tratava-se de transformar o país, no Brasil de melhorar o capitalismo.

As maiorias pagaram, estão pagando e ainda pagarão alto preço por sua ousadia transformadora. O racismo explícito da minoria golpista pró colonial, antidemocrática, agora armada com suas hordas milicianas pentecostais, renovam o arquétipo colonial hispano-católico da Companhia de Jesus, jesuítica, agora pentecostal. O capitalismo reinventou uma nova colonização, agora protestante e pró norte americana.



Pagam também alto preço por sua insuficiente ousadia. Todos os sacrifícios inauditos do povo por conquistar o governo foram sempre e continuarão a ser desmanchados se ao lado da democracia pedestre e desarmada das maiorias não se vincula a obrigação de criar a democracia armada desta, se ao poder desarmado em pé não se une a criação do poder armado. Legar ao estado secularmente nascido e comprometido com a colônia a tarefa de ser o baluarte da democracia armada é o mesmo que assinar, de pronto, a derrota da emancipação trabalhadora e da soberania da nação. A revolução que governa sem poder está fadada a desaparecer, a ser desmanchada com facilidade, a desbaratar o empenho e ingentes sacrifícios dos trabalhadores.

Entramos em nova fase histórica, é preciso pôr fim ao secular trânsito da nossa civilização do desmanche. O golpe na Bolívia e seu processo é um eloquente alerta. Esperemos que a democracia caminhante no Chile alcance, enfim, fazer o poder transitar para uma Assembleia Constituinte exclusiva e soberana, embora saibamos, de antemão, de o governo da Unidade Popular não estava fadado ao fracasso se o poder popular ousasse supor não estar garantido pelas forças de repressão do estado neocolonial.

IBEC- Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos

São Paulo, dezembro de 2019

